

Rua Maria Cristina, 50 – Jardim Casqueiro – Cubatão – SP CEP: 11533-160

Manifestação de Interesse para inclusão no Projeto “Alunos Conectados” - RNP/MEC

O projeto consiste na cessão de chip de telefonia celular com pacote entre 5 e 20 GB por mês, para acesso à internet. O chip fornecido não possui franquia de voz ou SMS, sendo de uso exclusivo para dados.

Autodeclarar renda familiar PERCAPITA bruta mensal per capita de até 1,5 salário mínimo, ou seja, R\$ 1.567,50 (um mil quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

## **AUTODECLARAÇÃO**

(de renda familiar bruta per capita)

DADOS DO ALUNO			
Nome:			
Curso:			
Prontuário:		CPF:	
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	CEP:	UF:

**DECLARO**, sob as penas da lei, que minha família é composta de \_\_\_\_\_ (número) pessoas com renda familiar PERCAPITA bruta mensal per capita de R\$ \_\_\_\_\_.

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, e estou ciente que a prestação de informação falsa incorrerá nas penas de crime de falsidade ideológica previsto no art. 299 do Código Penal\*, além do cancelamento da matrícula e do vínculo acadêmico com o IFSP, caso configurada a prestação de informação falsa apurada posteriormente à habilitação de matrícula, em procedimento que assegure a ampla defesa e o contraditório, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação).

Cubatão, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável  
(se o declarante for menor de 18 anos)

\*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica  
Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:  
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.